

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SANTA CATARINA**

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref.:

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 107/2016

IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.721.008/0001-62, com sede na Rua Eduardo Neidert, nº 655, Bairro Cruzeiro, na cidade de Rio Negrinho/SC, telefone (47) 3644-1544, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão proferida por essa respeitável Comissão de Licitação que a julgou como inabilitada no presente certame, tudo conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso Vossa Senhoria não se convença das razões abaixo formuladas e, “*spont propria*”, não proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência pela habilitação da recorrente.

I – RAZÕES DE RECURSO

O presente recurso é interposto em decorrência de haver essa Comissão de Licitação decidido por inabilitar a RECORRENTE do certame, em razão de não ter atendido o Item 5.4.1 do edital.

Passam-se as considerações.

①

Assinado
26/11/16

DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

A Comissão de Licitação julgou a RECORRENTE inabilitada sob a alegação de que a mesma não comprovou o vínculo da responsável técnica com a empresa, por isso, teria desatendido o disposto do Item nº 5.4.1 do Edital.

Senão vejamos:

De acordo com o Item nº 5.4.1 do Edital, - dispositivo tido como violado -, a licitante deveria juntar documento que comprovasse o vínculo da empresa com o profissional, das seguintes formas:

a) *Se empregado: através de cópia do registro da Carteira de Trabalho; (...)*

Em atenção a essa exigência, a recorrente apresentou cópia da carteira de trabalho da responsável técnica (Arq. Urb. Ana Paula Schroeder), porém por equívoco, deixou de anexar a página onde consta o registro da mesma na empresa.

Com efeito, apesar da formalidade com a qual deve ser conduzido o processo licitatório, a falha em questão, por constituir mera irregularidade, não era suficiente, por si só, para excluir do certame a RECORRENTE.

Neste sentido, ensinamento de Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro, p. 261-262, 27ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002, in verbis:

Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.

No mesmo sentido, entendeu a 22ª Câmara, na Apelação Reexame Necessário nº 70012083838, de Relatoria da em. Des.ª Maria Isabel de Azevedo Souza, julgado datado de 28/07/2005 e ementado da seguinte forma:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTO NOVO. NULIDADE DO CERTAME. INOCORRÊNCIA. 1. A realização de diligências pela Comissão de Licitação para esclarecimento de documentos constantes nas propostas de habilitação não viola o artigo 43, §3º, da Lei 8.666/93. Precedente do STJ. Hipótese em que a Comissão de Licitação requereu complementação de informações em atestado de capacitação técnica para a realização do serviço objeto da licitação. 2. A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que

apresente a melhor proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em vencer o certame sobrepõe o interesse público a ser perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado tanto quanto possível a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante sob alegada irregularidade formal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público. Recurso desprovido. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70012083838, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 28/07/2005).

A inabilitação, nos termos em que restou posta, não se mostrou razoável, ainda mais em licitação tipo menor preço, quando o que "(...) a Administração procura é simplesmente a vantagem econômica. Daí por que, nesse tipo, o fator decisivo é o menor preço, por mínima que seja a diferença." (Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro, p. 290, 27ª ed., Malheiros, São Paulo, 2002).

Importa ainda apontar que no Item nº 5.4.1, a licitante deveria apresentar o Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Tal documento para ser obtido junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU é obrigatório a comprovação de vínculo do responsável técnico com a pessoa jurídica

Necessário se faz ressaltar que a exigência contida no Item 5.4.1 do referido Edital de Licitação foi atendida pela RECORRENTE, uma vez que se encontra demasiadamente demonstrado o fato da mesma possuir vínculo com a profissional, através da entrega do Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

De tal sorte, fica evidenciada a desproporcionalidade contida na decisão proferida por essa respeitável Comissão de Licitação, visto que se recusa a aceitar como documentação de comprovação de vínculo o Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, optando assim por inabilitar a RECORRENTE do certame licitatório.

Outro item importante a salientar, é que a RECORRENTE participou de outras licitações nesta mesma Prefeitura, onde foi devidamente habilitada e contratada, executando no momento uma obra da Unidade Escolar Padrão FNDE.

Conforme contrato nº 253/2015 ainda em vigor e foto das Placas de Identificação de Obras e Serviços (ANEXO I) a responsável técnica desta obra em execução é a Arq. Urb. Ana Paula Schroeder, demonstrando assim a lisura e responsabilidade da RECORRENTE nos certames licitatórios, e também que há vínculo da profissional à RECORRENTE, justificando a habilitação do certame.



Vale consignar, por fim, que a disputa visa justamente atrair o maior número de concorrentes possível. Logo, inoportuno mostra-se a inabilitação desta empresa. Afinal, se o objetivo primordial da licitação é escolher a proposta mais vantajosa, desqualificar a empresa pelo motivo levantado no presente recurso, em nada contribui para o mencionado desiderato.

O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas, como ocorreu no caso em tela, com a apresentação do Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

II – REQUERIMENTO

Diante de todo o arrazoadado, REQUER a essa respeitável Comissão de Licitação que se digne de rever e reformar a decisão exarada, declarando HABILITADA a recorrente **IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME** nos termos das razões supra.

Não sendo acatado o pedido acima formulado, REQUER que se digne Vossa Senhoria de fazer remessa do presente recurso ao Secretário da Pasta, a fim de que o mesmo o aprecie, como de direito.

Nestes Termos
P. Deferimento.

Itajaí, 14 de novembro de 2016.


Hélio Roberto de Oliveira Junior
CPF: 077.200.449-93